

**REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO**

1 - ( Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia)

A administração pública é orientada por princípios de índole constitucional, cuja observância proporciona aos administrados a sensação de respeito à coisa pública. A respeito desse tema, julgue os itens que se seguem.

O princípio da vinculação política ao bem comum é, entre os princípios constitucionais que norteiam a administração pública, o mais importante.

**GABARITO: ERRADA**

2 - ( Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia)

Em toda atividade desenvolvida pelos agentes públicos, o princípio da legalidade é o que precede todos os demais.

**GABARITO: CERTO**

3 - ( Prova: CESPE - 2011 - PC-ES - Delegado de Polícia)

Em sentido material ou objetivo, a administração pública compreende o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas encarregadas, por determinação legal, do exercício da função administrativa do Estado.

**GABARITO:ERRADA**

4 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional)

No que se refere a fontes e princípios do direito administrativo, julgue os itens seguintes.

A jurisprudência é fonte do direito administrativo, mas não vincula as decisões administrativas, apesar de o direito administrativo se ressentir de codificação legal.

**GABARITO: CERTO**

5 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional)

A veiculação do ato praticado pela administração pública na Voz do Brasil, programa de âmbito nacional, dedicado a divulgar fatos e ações ocorridos ou praticados no âmbito dos três poderes da União, é suficiente para ter-se como atendido o princípio da publicidade.

**GABARITO: ERRADA**

6. (Prova: UEG - 2013 - PC-GO - Delegado de Polícia)

O princípio constitucional inserido no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda constitucional nº 19, de 1998, acrescentado ao artigo 37, *caput*, da Constituição Federal é o princípio da

- a) cortesia
- b) eficiência

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- c) atualidade
- d) motivação

GABARITO: LETRA B

7. (FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

No que se refere aos princípios que orientam a atividade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Ao contrário do princípio da legalidade que é um princípio-fim, os princípios da publicidade e da impessoalidade são princípios-meio.
- b) São alguns dos princípios constitucionais explícitos: eficiência, impessoalidade, proporcionalidade, legalidade e moralidade.
- c) O princípio da razoabilidade incide sobre o exercício das funções públicas, exceto sobre a função legislativa.
- d) O Poder Executivo, no exercício de sua atividade típica, não se sujeita ao princípio da segurança jurídica que predomina na atividade jurisdicional, razão que leva a moderna doutrina administrativista a defender a inexistência de coisa julgada administrativa.
- e) Assim como ocorre na esfera judicial, em que certos atos podem ter sua publicidade restrita em virtude da preservação da intimidade das partes, alguns atos administrativos também poderão ter sua publicidade restrita com amparo em dispositivo da Constituição Federal.

GABARITO: LETRA E

8. (Prova: FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Para a doutrina contemporânea do Direito Administrativo, levando em conta a eficácia normativa da Constituição, deve a Administração Pública evitar que suas ações estejam inspiradas na:

- a) imperatividade.
- b) subsidiariedade.
- c) consensualidade.
- d) promoção dos direitos fundamentais.
- e) aproximação coma sociedade civil.

GABARITO: LETRA A

9. ( Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Conceitos iniciais de Direito Administrativo - Histórico, Funções de Estado e Fontes; )

**Em relação à interação do direito administrativo, com os demais ramos de direito, analise as afirmativas**

- a**
- seguir:**
- I. O direito administrativo é que dá mobilidade ao direito constitucional.
  - II. O direito administrativo tem vínculo com o direito processual civil e penal.
  - III. As normas de arrecadação de tributos podem ser tidas como de direito administrativo.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

IV. A teoria civilista dos atos e negócios jurídicos têm aplicação supletiva aos atos e contratos administrativos.

**Marque a alternativa CORRETA.**

- **a)** apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- **b)** apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- **c)** apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- **d)** as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

GABARITO: LETRA D

10. (Prova: PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

Resultados práticos de produtividade e redução de desperdícios na Administração Pública são medidas obtidas por observância ao princípio da

- **a)** finalidade
- **b)** moralidade
- **c)** eficiência
- **d)** razoabilidade.
- **e)** supremacia do interesse publico

GABARITO:LETRA C

11. ( FUNCAB - 2009 - PC-RO - Delegado de Polícia)

Entende-se por poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato. É correto afirmar que o princípio que fundamenta o exercício desse poder da Administração é:

- **a)** Princípio da revogabilidade dos atos administrativos.
- **b)** Princípio da eficiência.
- **c)** Princípio da moralidade.
- **d)** Princípio da supremacia do interesse público.
- **e)** Princípio da publicidade.

GABARITO: LETRA D

12. (UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

Dentre os princípios da Administração Pública, a autotutela caracteriza-se por:

- **a)** impedir que o Poder Judiciário reveja os atos praticados pela Administração Pública.

BLOCO DE QUESTÕES

CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **b)** permitir que a Administração Pública reveja seus próprios atos, revogando-os por motivo de interesse público (oportunidade e conveniência), assim como anulando os atos inquinados pela ilicitude.
- **c)** permitir que o Poder Judiciário revogue os atos praticados pela Administração Pública.
- **d)** permitir que o Poder Judiciário anule os atos praticados pela Administração Pública.
- **e)** impor aos administrados as decisões administrativas.

**GABARITO: LETRA B**

**ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

1 - ( Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia)

A respeito de administração pública, julgue os itens seguintes.

Entidades paraestatais são pessoas jurídicas privadas que colaboram com o Estado no desempenho de atividades não lucrativas, mas não integram a estrutura da administração pública.

**GABARITO: CERTA**

2 - ( Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia)

A criação de nova secretaria por governador de estado caracteriza exemplo de descentralização.

**GABARITO:ERRADA**

3 - ( Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia)

A venda de bens de produção no mercado por sociedade de economia mista caracteriza a prática de ato administrativo.

**GABARITO: ERRADA**

4 - ( Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia)

A respeito da administração pública, julgue os itens seguintes.

As empresas públicas prestadoras de serviços públicos, como não objetivam atividade econômica, possuem personalidade jurídica de direito público.

**GABARITO: ERRADA**

5 - ( Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia)

Para atingir os altos objetivos que justificam sua existência, o Estado tem de se organizar de forma sistêmica e coordenada. Dessa forma, diversas são as suas projeções, com elementos diferenciadores entre si, visando sempre ao bem comum. Acerca da administração pública e dos órgãos que a compõem, julgue os itens seguintes.

Considerando a divisão da administração pública federal em direta e indireta, é correto afirmar que os correios fazem parte da administração direta, por se tratar de empresa pública, sob controle exclusivo da União.

**GABARITO:ERRADA**

6 - ( Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia )

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Embora não integrem a administração indireta, os chamados serviços sociais autônomos prestam relevantes serviços à sociedade brasileira. Entre eles podem ser citados o SESI, o SENAC, o SEBRAE e a OAB.

**GABARITO: ERRADA**

7 - ( Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia)

As instituições públicas de crédito, a exemplo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, fazem parte da administração indireta, por serem todas sociedades de economia mista.

**GABARITO:ERRADA**

8 - ( Prova: CESPE - 2008 - PC-TO - Delegado de Polícia)

A Polícia Federal, dada sua importância estratégica para a segurança do Estado, tem natureza especial, e seu diretor-geral subordina-se hierarquicamente apenas ao presidente da República.

**GABARITO: ERRADA**

9 - ( Prova: CESPE - 2011 - PC-ES - Delegado de Polícia)

No que se refere a conceitos e poderes da administração pública e à aplicação da teoria do órgão, julgue os seguintes itens.

A administração pública pode instituir empresas públicas e sociedades de economia mista mediante autorização legal, as quais estarão inteiramente sujeitas ao regime jurídico de direito privado, por força de lei.

**GABARITO:ERRADA**

10 - ( Prova: CESPE - 2011 - PC-ES - Delegado de Polícia - Específicos / Direito Administrativo / Poderes Administrativos; Organização da Administração Pública - Órgãos públicos; )

De acordo com a doutrina, quando determinada pessoa, de boa-fé, desempenha função pública em situações de emergência, deve ser aplicada a teoria do órgão, pois sua atuação será imputável ao Estado, a exemplo do que ocorre com o denominado agente de fato.

**GABARITO: ERRADA**

11 - ( Prova: CESPE - 2009 - PC-PB - Delegado de Polícia)

Acerca do regime jurídico dos órgãos e das entidades que compõem a administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- **a)** Caso uma empresa pública federal impetre mandado de segurança contra ato do juiz de direito do estado da Paraíba, conforme entendimento do STJ, caberá ao respectivo tribunal regional federal julgar o referido mandado de segurança.
- **b)** Considere a seguinte situação hipotética. O município de João Pessoa pretende receber o Imposto Sobre Serviços (ISS) da INFRAERO, empresa pública federal que presta serviço público

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

aeroportuário em regime de monopólio, em face dos serviços prestados, sobre os quais não incide ICMS. Nessa situação, a pretensão do município deve ser atendida, já que a imunidade recíproca não atinge as empresas públicas, mas apenas a administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como as suas autarquias e fundações públicas.

- **c)** Os órgãos subalternos, conforme entendimento do STF, têm capacidade para a propositura de mandado de segurança para a defesa de suas atribuições.
- **d)** A OAB, conforme entendimento do STF, é uma autarquia pública em regime-especial e se submete ao controle do TCU.
- **e)** Os conselhos de profissões regulamentadas, como o CREA e o CRM, são pessoas jurídicas de direito privado.

**GABARITO: LETRA A**

**12 -** ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional)

É possível a existência, no plano federal, de entidades da administração indireta vinculadas aos Poderes Legislativo e Judiciário.

**GABARITO: CERTO**

**13. ( Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia)**

Os ministérios e as secretarias de Estado são considerados, quanto à estrutura, órgãos públicos compostos.

**GABARITO: CERTO**

**14. ( Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia)**

A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado que pode tanto executar atividade econômica própria da iniciativa privada quanto prestar serviço público.

**GABARITO: CERTO**

**15.( FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)**

Tratando da organização administrativa, é INCORRETO afirmar:

- **a)** A expressão “descentralização social” costuma ser utilizada para designar as parcerias formalizadas pelo Estado com fundação privada ou associação civil com o objetivo de criar condições favoráveis para a execução, com alcance de metas socialmente adequadas, de atividades de relevância coletiva que podem ser cometidas a tais unidades sociais personalizadas por credenciamentos ou reconhecimentos.
- **b)** As Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são exemplos da retomada, pelo Estado, de atividades administrativas cuja execução havia sido transferida para a iniciativa privada por ocasião do advento do chamado Estado Liberal.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **c)** De acordo com a doutrina predominante e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a definição do regime jurídico aplicável a cada entidade administrativa não decorre exclusivamente da natureza da entidade, mas principalmente da atividade por ela desenvolvida.
- **d)** Por serem unidades despersonalizadas, os órgãos públicos não possuem capacidade para figurar como parte nos contratos administrativos típicos, muito embora, na prática, frequentemente assim ocorra.
- **e)** Excepcionalmente, doutrina e jurisprudência reconhecem capacidade processual a alguns órgãos públicos, para defesa em juízo de suas prerrogativas institucionais.

GABARITO: LETRA B

16. ( Prova: FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- **a)** Diferentemente das sociedades de economia mista, as empresas públicas não se submetem à supervisão ministerial.
- **b)** A desconcentração é o que ocorre quando há a distribuição interna de atividades administrativas, havendo a criação de nova pessoa jurídica.
- **c)** A criação de empresas subsidiárias também depende de autorização legislativa, que deve ser concedida para a criação específica de cada entidade. Não se permite a autorização genérica para a instituição de subsidiárias, prevista desde logo na lei disciplinadora da entidade primária.
- **d)** Pode o Poder Executivo ceder servidor público para as Organizações Sociais, desde que mantenha o ônus de seu pagamento.
- **e)** As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público devem ter personalidade jurídica de direito privado e realizar a distribuição de lucro entre seus associados uma vez a cada ano.

GABARITO: LETRA D

17. ( Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia)

No tocante à Federação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- **a)** A descentralização política autoriza a participação direta dos Estados nos planos nacionais.
- **b)** A partir da CF de 1988, os municípios podem editar formalmente suas constituições locais.
- **c)** A autonomia, no sentido técnico-político, pode ser resumida, especificamente, na capacidade de auto-organização assegurada a cada ente da federação para organização própria e dos seus serviços.
- **d)** O regime federativo exige a descentralização política.

18. ( Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Organização da administração pública; )

Dentre as assertivas abaixo, é **CORRETO** afirmar que



BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **a)** o Estado é pessoa jurídica e a expressão de sua vontade pode ser entendida como a decisão do membro de cúpula de cada Poder Pertinente, ou seja, do agente político.
- **b)** os agentes públicos são mandatários do Estado.
- **c)** o órgão público, ainda que desprovido de personalidade jurídica, pode atuar em Juízo, na defesa dos seus interesses, em caráter excepcional, desde que exista expressa previsão legal.
- **d)** a vontade do órgão de representação plúrima ou colegiado deve emanar da unanimidade ou da maioria das vontades dos agentes que o integram, mesmo em se tratando de ato de rotina administrativa.

GABARITO: LETRA C

19. (Prova: PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

Quando uma pessoa jurídica de direito público ou privado é criada por lei, cabendo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público, a hipótese é de

- **a)** descentralização territorial
- **b)** desconcentração.
- **c)** descentralização por serviço
- **d)** descentralização por colaboração
- **e)** desestatização

GABARITO: LETRA C

20. ( Prova: PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia)

Sobre as autarquias, é incorreto afirmar:

- **a)** Possuem personalidade jurídica pública
- **b)** São criadas por lei.
- **c)** Têm como privilégio o processo especial de execução
- **d)** Possuem capacidade política.
- **e)** Sujeitam-se a controle administrativo.

GABARITO: LETRA D

21. (UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

É certo que as autarquias:

- **a)** são pessoas jurídicas de direito privado, sujeitas ao controle finalístico de sua administração, pelo ente instituidor.
- **b)** são pessoas jurídicas de direito público, de natureza meramente administrativa, com personalidade jurídica e patrimônio próprio.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **c)** integram a administração direta da União, não estando sujeitas ao controle hierárquico do ente que as criou.
- **d)** têm por finalidade a exploração de atividade econômica por força de contingência ou de conveniência administrativa, com subordinação hierárquica ao órgão da administração indireta que a criou.
- **e)** são constituídas sob a forma de sociedade anônima e sob o controle majoritário da União ou de outra entidade da administração direta ou indireta federal.

GABARITO: LETRA B

22.( UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

Uma sociedade de economia mista, que explore atividade econômica:

- **a)** somente pode ser criada com autorização legislativa, dependendo de lei também a instituição de suas subsidiárias.
- **b)** submete-se ao mesmo regime jurídico das empresas privadas, exceto quanto às obrigações tributárias e falência.
- **c)** submete-se regime público, no que diz respeito à matéria de pessoal.
- **d)** pode ser criada, independentemente de lei, desde que presente alguma das situações autorizadas para atuação do Estado no domínio econômico, previstas no art. 173 da Constituição Federal.
- **e)** não se submete ao regime de licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.

23. (UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia )

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) são:

- **a)** fundações públicas.
- **b)** empresas públicas.
- **c)** sociedades de economia mista.
- **d)** órgãos da administração direta.
- **e)** autarquias especiais.

GABARITO: LETRA E

24. ( Prova: UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

Em relação à organização administrativa, pode-se afirmar que:

- **a)** no âmbito estadual, a criação de uma secretaria constitui exemplo de descentralização administrativa.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **b)** somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- **c)** é exemplo de desconcentração a criação de uma agência reguladora.
- **d)** as organizações sociais integram a Administração Pública descentralizada.
- **e)** as autarquias e as fundações públicas não podem ser qualificadas como agências executivas.

GABARITO: LETRA B

25. (CEPERJ - 2009 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

. Os Tribunais de Contas:

- **a)** Integram o Poder Judiciário
- **b)** São órgãos auxiliares do Poder Legislativo.
- **c)** Podem ser criados nas capitais de Estados que deles não dispõem.
- **d)** Revestem-se de natureza autárquica.
- **e)** Atuam diretamente no controle financeiro interno da Administração Pública.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**

1 - ( Prova: CESPE - 2013 - PC-BA - Delegado de Polícia)

Acerca de atos administrativos, julgue os itens subsequentes.

A concessão de licença-maternidade à servidora gestante é ato administrativo vinculado.

**GABARITO: CERTA**

2 - ( Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia)

Ocorre o fenômeno da desconcentração quando o Estado desempenha algumas de suas funções por meio de outras pessoas jurídicas.

**GABARITO: ERRADA**

3 - ( Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia)

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

Não é possível, nos atos administrativos, haver a dispensa de sua motivação.

**GABARITO: ERRADA**

4 - ( Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia)

O fato administrativo é conceituado como a materialização da função administrativa.

**GABARITO: CERTO**

5 - ( Prova: CESPE - 2012 - PC-AL - Delegado de Polícia)

Considere que o prefeito de um município tenha determinado a desapropriação de uma fazenda de seu adversário político, como forma de retaliação. Nesse caso, fica configurado o desvio de finalidade do ato.

**GABARITO: CERTO**

6 - ( Prova: CESPE - 2009 - PC-RN - Delegado de Polícia)

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- **a)** Segundo a doutrina majoritária, sujeito, motivo, finalidade, causa e forma são pressupostos de existência do ato administrativo; objeto e pertinência do ato, pressupostos de validade.
- **b)** São elementos do ato administrativo o conteúdo (ou objeto) e a forma (ou formalização), os dois de índole obrigatória, sendo certo que a forma é o revestimento exterior do ato.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **c)** Motivo ou móvel são expressões sinônimas, significando a realidade objetiva e externa do agente que corresponde àquilo que suscita a vontade da administração pública.
- **d)** São atributos do ato administrativo: a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a excoutoriedade, sendo este último a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- **e)** Os efeitos atípicos dos atos administrativos subdividem-se em prodrômicos e reflexos. Os primeiros existem enquanto perdura a situação de pendência do ato; os segundos atingem terceiros não objetivados pelo ato.

**GABARITO: LETRA E**

**7 - ( Prova: CESPE - 2009 - PC-PB - Delegado de Polícia)**

Pedro, empregado de uma empresa pública federal, na qual ingressou em 4/4/1983, requereu sua aposentadoria após preencher todos os requisitos exigidos, a qual foi devidamente concedida. O Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu o registro dessa aposentadoria em abril de 1997. No entanto, em julho de 2002, no mesmo dia em que Pedro requereu a revisão do ato de aposentadoria, com vistas a receber uma gratificação não incorporada aos seus proventos, o TCU, sem ouvir Pedro, houve por bem anular aquela decisão, após processo administrativo instaurado a pedido do Ministério Público junto ao TCU, em janeiro de 1999, ao entendimento de que o ato de registro da aposentadoria foi ilegal, pois Pedro teria ingressado na citada empresa pública sem concurso público, fato esse que impediria a sua aposentadoria. Acerca da situação hipotética apresentada, dos atos administrativos e da prescrição administrativa, assinale a opção correta.

- **a)** Conforme entendimento sumulado do STF, o ato de aposentadoria é considerado ato complexo, não operando efeitos até que sobrevenha o registro. Dessa forma, não há necessidade de se assegurar o contraditório e a ampla defesa perante o TCU para esse ato. Assim, da mesma forma que não se exigem o contraditório e a ampla defesa para o ato de registro, não há motivo para exigi-los no ato de anulação do registro.
- **b)** A decisão do TCU de anular o registro anteriormente concedido está errada, pois já havia transcorrido o prazo prescricional.
- **c)** O TCU tem competência para efetuar o registro de aposentadoria dos empregados públicos, muito embora estes sejam aposentados pelo regime geral de previdência social.
- **d)** Pedro, diante do seu tempo de serviço, é considerado estável no serviço público.
- **e)** Será competente para julgar o mandado de segurança contra o ato do TCU a justiça federal de primeira instância.

**GABARITO: LETRA C**

**8 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional)**

No tocante a abuso de poder e a ato administrativo, julgue os itens a seguir.

Ocorre a extinção do ato administrativo por caducidade quando o ato perde seus efeitos jurídicos em razão de norma jurídica superveniente que impede a permanência da situação anteriormente consentida.

**GABARITO: CERTO**

9 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional)

O abuso de poder, na modalidade de desvio de poder, caracteriza-se pela prática de ato fora dos limites da competência administrativa do agente.

**GABARITO: ERRADA**

10 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional )

A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

A possibilidade de reconsideração por parte da autoridade que proferiu uma decisão objeto de recurso administrativo atende ao princípio da eficiência.

**GABARITO: CERTO**

11 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Nacional)

A respeito dos atos administrativos e serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

O contrato de concessão de serviço público extingue-se pela rescisão quando a iniciativa de extinção do contrato é do poder concedente, em decorrência de descumprimento das normas contratuais pelo concessionário.

**GABARITO: ERRADA**

12. ( Prova: CESPE - 2013 - Polícia Federal - Delegado de Polícia)

Quando um ministério pratica ato administrativo de competência de outro, fica configurado vício de incompetência em razão da matéria, que pode ser convalidado por meio da ratificação.

**GABARITO: ERRADA**

13. ( Prova: FUNCAB - 2013 - PC-ES - Delegado de Polícia)

Em relação aos atos normativos, marque a alternativa correta.

- **a)** Alvarás são ordens escritas e gerais a respeito do modo e da forma de execução de determinado serviço público, expedidas por superior hierárquico como escopo de orientar.
- **b)** Resoluções são atos administrativos normativos ou decisórios emanados de órgãos colegiados.
- **c)** Regulamentos são atos administrativos normativos de atuação interna, dado que se destinam a reger o funcionamento de órgãos colegiados.
- **d)** Quando, por meio de despacho, é aprovado parecer proferido por órgão técnico sobre assunto de interesse geral, ele é chamado de despacho normativo, porque se tornará obrigatório para toda a Administração.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **e)** Ordens de serviço são comunicações escritas que as autoridades fazem entre si, entre subalternos e superiores e entre Administração e particulares, em caráter oficial.

**GABARITO: LETRA D**

14. ( Prova: UEG - 2013 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Quanto à formação e aos efeitos do ato administrativo,

- **a)** a eficácia é a situação jurídica gerada pelo ato administrativo editado com juridicidade.
- **b)** a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.
- **c)** o motivo resulta das razões de fato ou de direito que conduziram à edição do ato administrativo.
- **d)** a exequibilidade e a eficácia do ato administrativo possuem o mesmo significado.

**GABARITO: LETRA C**

15. (UEG - 2013 - PC-GO - Delegado de Polícia)

Quanto ao desfazimento do ato administrativo:

- **a)** a Administração pode anular os seus atos por conveniência e oportunidade.
- **b)** a anulação produz efeitos retroativos à data em que o ato administrativo foi realizado.
- **c)** a publicação impede que o ato administrativo seja anulado.
- **d)** o Poder Judiciário não pode rever ato administrativo anulado pela Administração.

**GABARITO: LETRA B**

16. (FGV - 2012 - PC-MA - Delegado de Polícia)

A respeito da autoexecutoriedade dos atos da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. É vedada a autoexecutoriedade dos atos administrativos que imponham ao particular a obrigação de pagar dinheiro, devendo a Administração valer-se da via judicial para a cobrança.

II. A remoção de construções de áreas de risco iminente de desabamento somente pode ser feita após autorização judicial.

III. Admite-se, excepcionalmente, que a Administração execute seus atos, assegurando o exercício do contraditório e da ampla defesa apenas posteriormente.

Assinale:

- **a)** se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- **b)** se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- **c)** se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **d)** se somente a afirmativa II estiver correta.
- **e)** se somente a afirmativa III estiver correta.

GABARITO: LETRA B

17. (FGV - 2012 - PC-MA - Delegado de Polícia)

Ana da Silva, servidora estadual, formula junto à Administração pleito para obter autorização para a venda de empadinhas na repartição em que trabalha, durante o horário de almoço e sem prejuízo do desempenho de suas atribuições. A Administração não responde ao seu requerimento. Considerando que a legislação daquele estado nada menciona quanto ao silêncio da Administração, assinale a afirmativa correta.

- **a)** O silêncio administrativo viola o direito de petição, a todos assegurado pelo artigo 5º, XXXIV, “a”, da Constituição, e produz como efeito jurídico, via de regra, a autorização tácita para a prática de atos.
- **b)** Apenas nas hipóteses em que a lei expressamente atribuir efeitos *positivos* ao silêncio da Administração, após o decurso de determinado prazo, será possível extrair a concordância do Poder Público.
- **c)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal de longa data considera inconstitucional a aprovação tácita de pleitos de particulares por meio do silêncio da autoridade administrativa.
- **d)** O silêncio administrativo somente deixa de produzir efeitos de aprovação tácita nas hipóteses em que houver ônus para a Administração, como nos casos de utilização privativa de bem público ou parcelamento de débitos, não em relação aos atos de pura autorização para a prática de atos.
- **e)** Com a ausência de manifestação por parte da Administração, presume-se a sua aceitação, tendo o Poder Público o prazo de cinco anos para rever seu ato, proferindo negativa expressa, sob pena de decair do seu direito.

GABARITO: LETRA B

18. (FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Em matéria de discricionariedade administrativa, é correto afirmar:

- **a)** Há discricionariedade quando a norma restringe a autonomia de escolhas do autor idade administrativa.
- **b)** A intensidade da vinculação e da discricionariedade é variável, havendo graus diversos de autonomia, que variam caso a caso.
- **c)** Em atenção à Separação de Poderes e à legitimidade democrática dos representantes eleitos, o mérito da escolha administrativa feita no exercício da discricionariedade não está sujeito a controle jurisdicional.
- **d)** O exercício da discricionariedade consiste na aplicação concreta da lei através da atividade interpretativa do aplicador.



BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **e)** A omissão legislativa também é fonte da discricionariedade, tanto quanto a criação intencional, pela norma, da margem de autonomia para o aplicador.

GABARITO: LETRA B

19. ( Prova: FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Com relação à competência administrativa, é correto afirmar que:

- **a)** a competência de um órgão não se transfere a outro órgão por acordo entre as partes.
- **b)** o ato de delegação retira a competência da autoridade delegante.
- **c)** o fenômeno da avocação dar-se-á quando o agente hierarquicamente inferior praticar ato da competência da autoridade de maior hierarquia.
- **d)** a delegação de competência prescinde de norma expressa autorizadora.
- **e)** a incompetência se transmuda em competência de acordo com a característica da improrrogabilidade.

GABARITO: LETRA A

20. (FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- **a)** Um fato administrativo pode se consumir sem o suporte de um ato administrativo.
- **b)** São elementos do ato administrativo: competência, finalidade, forma, modo e objeto.
- **c)** Ao contrário do motivo, que pode ser dispensado em determinados atos administrativos, a motivação deverá estar sempre presente.
- **d)** A característica da imperatividade significa que o ato administrativo tão logo praticado, pode imediatamente ser executado.
- **e)** A anulação do ato administrativo, em regra, opera efeitos *ex nunc*.

GABARITO: LETRA A

21. (Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia)

Sobre a extinção dos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar que

- **a)** a anulação promovida pela própria Administração decorre do exercício de sua prerrogativa de autotutela.
- **b)** a revogação é forma de extinção do ato administrativo válido, de caráter vinculado ou discricionário.
- **c)** a validade ou não do ato de revogação é passível de exame pelo Poder Judiciário.
- **d)** incabível a revogação dos atos cujos efeitos produzidos já restaram consolidados.

GABARITO: LETRA B

22. (FGV - 2010 - PC-AP - Delegado de Polícia)

Quanto à finalidade, é caracterizado como vício do ato administrativo:

- **a)** a função de fato.
- **b)** a inexistência de motivos.
- **c)** o desvio de poder.
- **d)** o excesso de poder.
- **e)** o objeto impossível.

GABARITO: LETRA C

23. ( Prova: FGV - 2010 - PC-AP - Delegado de Polícia)

Os atos administrativos, quanto à intervenção da vontade administrativa, podem ser classificados como atos:

- **a)** simples.
- **b)** perfeitos.
- **c)** consumados.
- **d)** constitutivos.
- **e)** gerais.

**GABARITO: LETRA A**

24. ( Prova: FUNIVERSA - 2009 - PC-DF - Delegado de Polícia - Objetiva / Direito Administrativo / Atos administrativos; )

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- **a)** Atos autoexecutáveis são aqueles que podem ser praticados *ex officio* pelos agentes públicos.
- **b)** Atos vinculados são aqueles cuja prática precisa seguir processos previamente definidos em lei, como é o caso da investigação policial e dos atos de nomeação de servidores.
- **c)** Atos administrativos imotivados somente são válidos quando a lei os dispensa de motivação expressa.
- **d)** A nomeação de um servidor em cargo comissionado é um ato revogável, porque o servidor pode, a qualquer tempo, ser exonerado.
- **e)** Incorreria em ilegalidade uma autoridade administrativa que revogasse um ato administrativo, atribuindo a essa revogação efeitos *ex tunc*.

GABARITO: LETRA E

25. ( Prova: UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Em relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- **a)** Motivo é a situação fática ou a situação jurídica que autoriza ou impõe ao agente público a prática de ato administrativo.
- **b)** A revogação opera efeitos *ex tunc*; portanto, caso o ato administrativo seja revogado, são considerados inválidos os efeitos por ele produzidos a partir do momento de sua realização.
- **c)** Compete ao Poder Judiciário, mediante decisão fundamentada, revogar atos praticados pela Administração Pública.
- **d)** Ato administrativo discricionário é aquele em que o poder de agir da Administração é completamente livre, até mesmo quanto à competência para a prática do ato.
- **e)** Como decorrência do princípio da legalidade, os atos administrativos não admitem convalidação.

GABARITO: LETRA A

26. ( Prova: CEPERJ - 2009 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Em relação aos elementos constitutivos do ato administrativo, é correto afirmar que:

- **a)** o vício de competência não admite qualquer tipo de sanatória.
- **b)** os atos administrativos sempre podem ser praticados livremente, desde que a lei não exija determinada forma como sendo essencial.
- **c)** o elemento motivo também é chamado de motivação.
- **d)** a competência é o elemento do ato administrativo em que pode ser encontrada maior discricionariedade para a Administração Pública.
- **e)** o elemento motivo corresponde às razões de fato e de direito que servem de fundamento para o ato administrativo.

**LETRA E**

**PODERES DA ADMINISTRAÇÃO**

1 - ( Prova: CESPE - 2011 - PC-ES - Delegado de Polícia - Específicos)

A atividade do Estado que condiciona a liberdade e a propriedade do indivíduo aos interesses coletivos tem por fundamento o denominado poder hierárquico.

**GABARITO: ERRADA**

2 - ( Prova: CESPE - 2009 - PC-RN - Delegado de Polícia )

Assinale a opção correta em relação aos poderes administrativos e à organização administrativa.

- **a)** O poder vinculado significa que a lei deixou propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente, limitado entretanto a escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato administrativo.
- **b)** O poder discricionário é conferido à administração de forma expressa e explícita, com a norma legal já trazendo em si própria a determinação dos elementos e requisitos para a prática dos respectivos atos.
- **c)** O poder disciplinar consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos, inclusive seus agentes.
- **d)** Pela desconcentração rompe-se uma unidade personalizada e não há vínculo hierárquico entre a administração central e a pessoa estatal descentralizada. Assim, a segunda não é subordinada à primeira.
- **e)** A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas: a que originalmente tem ou teria titulação sobre certa atividade e aquela a que foi atribuído o desempenho da atividade em causa.

**GABARITO: ERRADA**

3.( Prova: FUNCAB - 2013 - PC-ES - Delegado de Polícia)

O funcionamento de rádio comunitária, ainda que de baixa potência e sem fins lucrativos, depende de prévia autorização do Poder Público, sendo competente para fiscalizar a ANATEL. Após fiscalizar e constatar irregularidades no funcionamento de uma rádio, pois inexistia autorização do Poder Público para exploração de radiodifusão, a ANATEL determinou sua imediata interdição e lacrou as transmissões. Logo, é correto afirmar:

- **a)** Agiu dentro da estrita legalidade, pois estava no pleno exercício do poder de polícia.
- **b)** A interrupção e o lacre das transmissões só poderiam se dar após processo administrativo, em que fossem assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **c)** A atuação da Administração Pública, no exercício do poder, há de se limitar aos atos indispensáveis à fiscalização, portanto as medidas decorrentes são ilegítimas.
- **d)** Constitucionalmente, não pode haver interrupção e lacre de transmissões, em face do interesse público da radiodifusão.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- **e)** Caberia a interrupção e o lacre das transmissões sem processo administrativo, desde que precedidos de notificação para defesa, em consonância com os princípios da ampla defesa e do contraditório

GABARITO: LETRA A

4. ( Prova: FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Sobre o poder de polícia, é correto afirmar:

- **a)** Por ter natureza eminentemente sancionatória, deve sempre ser exercido nos estritos limites da lei.
- **b)** Embora não seja a regra, admite-se sua delegação a particulares, incluindo as atividades materiais acessórias e conexas, bem ainda a coerção e a imposição de sanções.
- **c)** Excepcionalmente, se presente interesse público relevante, as medidas de poder de polícia podem gerar efeitos retroativos e infirmar os efeitos produzidos por atos praticados anteriormente.
- **d)** Orienta-se a prevenir lesão a direitos e a valores tutelados juridicamente, possuindo cunho em iminentemente preventivo.
- **e)** Desenvolve-se por meio de quatro categorias de providências: a regulamentação (edição de normas gerais), a emissão de decisões particulares, a coerção fática propriamente dita e o sancionamento a *posteriori*.

GABARITO: LETRA D

5. ( Prova: FUNCAB - 2012 - PC-RJ - Delegado de Polícia)

Os poderes administrativos encerram as prerrogativas de direito público outorgadas aos agentes do Estado. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Nem toda omissão administrativa se qualifica como ilegal.

II. Agindo com abuso de poder, a invalidação da conduta abusiva pode dar-se por mandado de segurança.

III. O desvio de poder é modalidade de abuso em que o agente atua fora dos limites de sua competência.

IV. No excesso de poder, o agente atua dentro dos limites de sua competência.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- **a)** I e II.
- **b)** III e IV.
- **c)** I, II e III.
- **d)** I e IV.

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

- e) I e III.

GABARITO: LETRA A

6. ( Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia)

**Sobre os poderes e funções do Estado, analise as seguintes afirmativas:**

- I. É possível que uma função típica atribuída a qualquer dos poderes de Estado seja convertida em atípica, e vice versa, por força de lei.  
II. Há exclusividade no exercício de cada função pelos Poderes de Estado.  
III. As linhas definidoras da competência têm caráter legal e apolítico.

**Marque a alternativa CORRETA.**

- a) as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- c) apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- d) apenas as afirmativas I e II estão incorretas.

GABARITO: LETRA B

7. ( Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia)

No que se refere aos Poderes Administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O ato administrativo submete-se ao controle judicial por força do princípio da moralidade.
- b) O poder regulamentar típico permite complementar a lei e é de caráter derivado.
- c) Auto-executoriedade e coercibilidade são atributos do poder de polícia.
- d) Os atos de polícia que avultam o princípio da proporcionalidade revelam-se ilegais, sendo, portanto, passíveis de anulação pelo Poder Judiciário.

GABARITO: LETRA A

8. ( Prova: FUNCAB - 2009 - PC-RO - Delegado de Polícia)

São características inerentes ao Poder Hierárquico da Administração Pública, EXCETO:

- a) a independência funcional.
- b) a revisão dos atos inferiores.
- c) a delegação.
- d) a avocação.
- e) a fiscalização da atividade dos subordinados.

GABARITO: LETRA A

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

9. ( Prova: UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

Acerca do poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- **a)** A desproporcionalidade no exercício do poder de polícia torna o ato de polícia administrativo ilegítimo, em virtude do desvio de finalidade.
- **b)** Como decorrência do atributo da imperatividade, a Administração Pública pode impor coercitivamente, as medidas próprias do poder de polícia.
- **c)** A interdição de estabelecimento pela vigilância sanitária, em decorrência de irregularidades detectadas em inspeção, configura exercício do poder de polícia.
- **d)** Como regra geral, o poder de polícia é vinculado.
- **e)** A administração indireta não pode exercer poder de polícia.

GABARITO: LETRA C

10. ( Prova: UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

Considerando os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo ou a respectiva característica.

- 1) poder regulamentar
- 2) poder vinculado
- 3) poder de polícia
- 4) poder hierárquico
- 5) poder disciplinar

- ( ) apreensão de alimentos impróprios para consumo.
- ( ) expedição de decreto para a correta execução de lei.
- ( ) penalizar servidores infratores dos deveres funcionais.
- ( ) concessão de aposentadoria compulsória.
- ( ) delegação de competência.

A sequência correta é:

- **a)** 2, 3, 5, 4, 1
- **b)** 5, 4, 1, 2, 3
- **c)** 3, 1, 5, 2, 4
- **d)** 3, 2, 4, 5, 1
- **e)** 1, 3, 4, 5, 2

GABARITO: LETRA C

11. *MOVENS - 2009 - PC-PA - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Poderes da Administração; Poder de polícia; )*

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Quanto aos poderes da Administração Pública, que incluem os poderes de polícia administrativa e de polícia judiciária, assinale a opção correta.

- **a)** A apreensão de DVDs piratas, por serem cópias de filmes protegidos por direitos autorais, é exercício da polícia judiciária.
- **b)** Apreensão por servidores da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) de medicamentos falsificados configura exercício da polícia judiciária.
- **c)** Apreensão e destruição de leite que seria consumido pela população em face da descoberta de adição de conservante equivalente a soda cáustica é exercício da polícia judiciária.
- **d)** A interdição de restaurante que produz alimentos sem observar normas de higiene fixadas pelo Ministério da Saúde é exercício da polícia judiciária.

LETRA A

12. CEPERJ - 2009 - PC-RJ - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Regime jurídico administrativo; Poderes da Administração; )

No que diz respeito aos poderes administrativos, considere as proposições abaixo, e assinale a alternativa correta:

I- A disciplina funcional resulta do sistema hierárquico. Com efeito, se aos agentes superiores é dado o poder de fiscalizar as atividades dos de nível inferior, deflui daí o efeito de poderem eles exigir que a conduta destes seja adequada aos mandamentos legais, sob pena de, se tal não ocorrer, serem os infratores sujeitos às respectivas infrações.

II- Poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública de editar atos gerais para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.

III- A faculdade conferida ao administrador de extrapolar os limites legais ou agir em desacordo com o ordenamento jurídico decorre do poder de polícia.

IV- Pelo atributo da coercibilidade, o poder de polícia é sempre executado de forma imediata com vistas a atender o interesse do Administrador Público, sem dependência de ordem judicial.

- **a)** Estão corretas as proposições I, II e III.
- **b)** Estão incorretas as proposições I, III e IV.
- **c)** Estão incorretas as proposições III e IV.
- **d)** Estão corretas as proposições II e III.
- **e)** Estão incorretas as proposições I e II.

LETRA B



**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO**

1 - ( Prova: CESPE - 2004 - Polícia Federal - Delegado de Polícia - Regional)

A respeito de serviços públicos e responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva não exige caracterização da culpa estatal pelo não-cumprimento de dever legal, uma vez que a Constituição brasileira adota para a matéria a teoria da responsabilidade civil objetiva.

**GABARITO: ERRADA**

2. ( Prova: FUNCAB - 2013 - PC-ES - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime jurídico dos servidores públicos federais; Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990; Responsabilidades do servidor ; )

Laurineia, com vinte e cinco anos de serviço público no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, está sendo processada criminalmente pela prática do crime de peculato, sob a acusação de ter subtraído um computador da Administração Pública, que ficava sob sua responsabilidade.

Assim, \_\_\_\_\_ pode-se \_\_\_\_\_ afirmar:

I. A Administração, visando à proteção do interesse público, não pode impor ao servidor punição disciplinar por conduta que configure crime em tese, antes do desfecho do julgamento na esfera criminal.

II. A responsabilidade da Administração Pública fica elidida quando o servidor é absolvido criminalmente pelo \_\_\_\_\_ mesmo \_\_\_\_\_ fato.

III. Constitui óbice à aplicação da pena administrativa de demissão o fato de ter sido a recorrente absolvida da imputação do crime previsto no artigo 312 do Código Penal, com fundamento no artigo 386, IV, do Código de Processo Penal, vale dizer, por não existir prova suficiente para a condenação.

IV. Ressalvadas as hipóteses de absolvição criminal por inexistência do fato criminoso ou negativa de autoria, as esferas criminal e administrativa são independentes.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**GABARITO: LETRA C**

3. Prova: UEG - 2013 - PC-GO - Delegado de Polícia

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Em relação ao tema da Responsabilidade Civil do Estado no ordenamento pátrio, tem-se que

- **a)** aquele que sofreu o dano fica dispensado de provar a relação de causalidade entre a atividade da Administração e a lesão decorrente.
- **b)** o lesado deverá provar a imprudência, a negligência ou imperícia do agente público na conduta administrativa.
- **c)** a teoria do risco integral fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, pela qual há assunção de todas as consequências relativas à sua atuação.
- **d)** a regra constitucional prevê a responsabilidade subjetiva quanto ao exercício do direito de regresso contra o agente público causador do dano.

GABARITO: LETRA D

4. ( Prova: PC-MG - 2011 - PC-MG - Delegado de Polícia / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado; )

Sobre a Responsabilidade Civil do Estado é **CORRETO** afirmar, **EXCETO**:

- **a)** As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, causarem a terceiros.
- **b)** Cabível ao Estado ajuizar ação de regresso em face do agente causador do dano, desde que tenha agido dolosamente, mostrando-se inícuo à pretensão se a conduta foi meramente culposa.
- **c)** O princípio da repartição dos encargos também constitui fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.
- **d)** As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços delegados serão responsáveis pelos atos seus ou de seus prepostos, desde que haja vínculo jurídico de direito público entre o Estado e o delegatário.

GABARITO: LETRA B

5. ( Prova: PC-SP - 2011 - PC-SP - Delegado de Polícia )

A responsabilidade civil do policial decorre

- **a)** da prática de dano por erro determinado por terceiro
- **b)** da prática de ofensas verbais ou físicas contra servidores ou particulares
- **c)** apenas da prática de crime funcional de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública.
- **d)** de omissão antijurídica cometida em obediência a ordem superior
- **e)** de procedimento doloso ou culposo que importe prejuízo à Fazenda Pública ou a terceiros

GABARITO: LETRA E

6. FUNIVERSA - 2009 - PC-DF - Delegado de Polícia - Objetiva / Direito Administrativo / Responsabilidade civil do estado; )

BLOCO DE QUESTÕES  
CURSO: DELEGADO FEDERAL E ESTADUAL

Considere que, no interior de uma delegacia, um agente de polícia seja ferido em virtude do disparo aparentemente acidental da arma de fogo que estava na mão de um delegado de polícia do Distrito Federal. Esse agente de polícia ingressou com ação judicial contra o Distrito Federal, postulando indenização por danos materiais e morais decorrentes do ferimento. Nessa situação hipotética,

- **a)** mesmo que seja demonstrado no referido processo que o disparo ocorreu por defeito de fabricação da arma, o DF deverá ser condenado a indenizar o agente pelos danos morais e materiais decorrentes do ferimento.
- **b)** o DF tem responsabilidade civil objetiva pelos danos materiais, mas a responsabilização pelos danos morais depende da comprovação da culpa do agente causador do dano.
- **c)** o DF somente pode ser condenado a indenizar os danos materiais resultantes do ferimento caso o agente de polícia comprove negligência, imprudência ou imperícia por parte do delegado de polícia.
- **d)** caso se comprove o dolo do delegado de polícia, será afastada a responsabilidade civil do DF, dado que o dano será considerado de responsabilidade exclusiva do referido delegado.
- **e)** o DF não responde civilmente pelos danos, por tratar-se de dano derivado de omissão e não de ação do delegado de polícia.

GABARITO: LETRA A

7. UESPI - 2009 - PC-PI - Delegado de Polícia)

A responsabilidade civil da pessoa jurídica, concessionária de serviço público, relativa aos danos causados aos usuários dos serviços por ela prestados:

- **a)** é excluída, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- **b)** é integral, se a prestação do serviço concedido não for fiscalizada pelo poder concedente.
- **c)** é integral, mesmo se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- **d)** é atenuada, se a prestação do serviço concedido for fiscalizada pelo poder concedente.
- **e)** a pessoa jurídica concessionária de serviços não tem responsabilidade civil quanto aos danos causados aos usuários, haja vista que o poder concedente continua com a titularidade do serviço público concedido.

GABARITO: LETRAC